

## Economia

# Os descontentamentos da globalização e os 'novos' desafios econômicos

Rodrigo Medeiros



postado em: 29/06/2016

Em 1997, Dani Rodrik, professor da Universidade de Harvard, publicou um livro cujo título é "A globalização foi longe demais?". Desde então, já havia uma percepção generalizada de que as desigualdades de renda e patrimônio eram crescentes em muitos países e que tal fato poderia colocar em risco a estabilidade democrática dessas sociedades. Pouco tempo depois, Rodrik desenvolveu o "trilema" (teorema da impossibilidade), que sustenta que democracia, soberania nacional e integração econômica global são mutuamente incompatíveis; podemos combinar duas dimensões, mas nunca todas as três simultaneamente e completamente.

No ano de 2002, o economista Joseph Stiglitz publicou um livro chamado "A globalização e os seus descontentamentos". Após o crash mundial de setembro de 2008, outros acadêmicos aprofundaram análises relevantes sobre o mal-estar da globalização. A hipótese do economista Alvin Hansen (1938) sobre a "estagnação secular" foi resgatada por Lawrence Summers (2013), ex-secretário do Tesouro norte-americano. Em síntese, a economia mundial pode ter entrado num período longo de crescimento muito baixo e a "armadilha da liquidez" descrita por Keynes (1936) não permitiria que os juros baixos (e até negativos) impulsionem o investimento privado.

Ainda nesse contexto do mal-estar da globalização, Tony Judt publicou um instigante tratado sobre as insatisfações do presente, "O mal ronda a terra" (2010). Os problemas enfrentados pela socialdemocracia são ressaltados pelo historiador. Ele mostra uma especial preocupação com o déficit democrático contemporâneo: "Se não respeitamos os bens públicos; se permitimos ou estimulamos a privatização dos espaços, recursos e serviços públicos; se apoiamos com entusiasmo a propensão de uma geração mais jovem a cuidar exclusivamente de suas próprias necessidades, então não deveremos nos surpreender com a progressiva redução do engajamento cívico no processo público de tomada de decisões". No curto prazo é até possível que as democracias possam sobreviver à indiferença de seus cidadãos. Do fordismo no pós-guerra ao sistema de acumulação flexível nas últimas três décadas, a visão de mundo e as perspectivas geracionais se mostram crescentemente divergentes em diversos países.

Os desafios no horizonte merecem destaque. Na edição de 25 de junho de 2016, a revista "The Economist" trouxe um relatório especial sobre Inteligência Artificial (AI, em inglês). O tema em questão mostra sua relevância pelos prováveis efeitos da automação a serem

sentidos nos mercados, incluindo os eventuais ajustes que provavelmente ocorrerão no Estado de bem-estar social. Segundo consta no citado relatório, "a automação poderá ter um impacto muito maior nas economias em desenvolvimento do que nos países ricos". Nesse sentido, há o risco de que a crescente automação poderá negar aos países de baixa ou média renda a oportunidade para o desenvolvimento através da industrialização. Renomados economistas falam da "desindustrialização prematura". Dani Rodrik observa no respectivo relatório especial que o emprego industrial na Grã-Bretanha atingiu um pico de 45% pouco antes da Primeira Guerra Mundial, mas já atingiu o pico no Brasil, Índia e China, com a participação de não mais de 15%. Processos de fabricação industrial estão mais automatizados do que costumavam ser. A China, por sua vez, ultrapassou os Estados Unidos como o maior mercado de automação. Nesse contexto, uma crescente automação industrial poderá significar maiores dificuldades para as economias emergentes no crescimento e, portanto, elas precisarão encontrar "novos modelos" de desenvolvimento. Sem os empregos na indústria de transformação para construir uma classe média, observa Tyler Cowen, da Universidade George Mason, esses países "podem ter uma elevada desigualdade de renda em suas estruturas econômicas fundamentais". São os países ricos que se preocupam mais com os efeitos da automação sobre a educação, o bem-estar social e o desenvolvimento. Os formuladores de políticas públicas nos países em desenvolvimento deveriam estar mais atentos ao assunto. No Brasil, por exemplo, a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) disponibiliza, em uma página digital, o potencial instalado das "indústrias criativas" (por unidade federativa, município e segmento). A relevância do aprofundamento das políticas públicas nesse campo se deve ao fato de que o trabalho criativo é mais difícil de ser automatizado, pois ele é composto por atividades cognitivas não rotineiras. Diferentemente das commodities que exportamos, as atividades criativas costumam ser formadoras de preços nos mercados.

A "questão das máquinas" foi objeto de atenção do economista clássico David Ricardo, em 1821, ao dizer respeito à influência das máquinas sobre os interesses das diferentes classes da sociedade. Essa análise entendia que a opinião da classe trabalhadora era de que o emprego de máquinas seria frequentemente prejudicial aos seus interesses. O retorno desse debate se deve aos avanços da Inteligência Artificial, que permitem com que as máquinas realizem tarefas que anteriormente podiam ser feitas apenas por seres humanos. Seu impacto poderá ser profundo, pois a Inteligência Artificial ameaça os trabalhadores cujos empregos pareciam impossíveis de serem automatizados. Existem ameaças, mas também oportunidades.

Previsões de que uma crescente automação farão os humanos redundantes já foram feitas antes. Entretanto, a tecnologia acabou criando mais empregos do que destruiu. No geral, é possível dizer que automatizar tarefas para que elas fossem feitas mais rapidamente e eficientemente aumentou a procura por trabalhadores para a realização de outras tarefas próximas (ecossistemas circundantes). Ainda que as comparações com o passado sugiram cenários não tão sombrios, o futuro é incerto e ele dependerá do que for feito e desejado pelas pessoas. Não há como negar que existem relações assimétricas de poder nas sociedades e que o mal-estar da globalização integra esse complexo quadro histórico de desafios coletivos.

Recentes críticas públicas da parte de quadros técnicos do Fundo Monetário Internacional (FMI) em relação a certos aspectos do neoliberalismo, a abertura plena da conta de capitais do balanço de pagamentos e a austeridade fiscal independente do contexto econômico, deveriam demandar que o Brasil repensasse a sua inserção externa, o conjunto das políticas públicas domésticas e as reformas institucionais necessárias para que nos tornemos

efetivamente um país menos desigual e mais desenvolvido. O mal-estar global precisará ser enfrentado em algum momento de uma forma mais progressista e não será um retorno ideológico à década de 1990 a solução para os nossos problemas coletivos no Brasil. Rodrigo Medeiros é professor do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes)

---